

Diário do Legislativo de 12/08/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 3/7/2003

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Haueisen e Doutor Ronaldo, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Roberto Carvalho. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o impacto ambiental causado pela estação de tratamento de esgoto da Região Leste de Belo Horizonte. A seguir, a Presidente registra a presença dos Srs. José Maria dos Santos Júnior, Promotor de Justiça da Promotoria de Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo; Carla Maria Vasconcellos Froes, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Saneamento de Belo Horizonte; Maria do Rosário Pinheiro de Carvalho Melo, engenheira da Divisão de Saneamento da FEAM; Rômulo Perilli, da Assessoria Metropolitana da COPASA-MG, e Welza Ribeiro Leite dos Reis, representante das Comunidades Caetano Furquim, Casa Branca e Taquaril, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Roberto Carvalho, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, cada um por sua vez, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2003.

Fábio Avelar, Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial do Metrô, em 6/8/2003

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Ivair Nogueira, Gustavo Valadares e Marília Campos,, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Marília Campos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a se discutirem e votarem proposições da

Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária do dia 8/8/2003, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2003.

Célio Moreira, Presidente - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Marília Campos.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 59ª reunião ordinária, em 12/8/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão da indicação do nome do Sr. Eduardo Gustavo Farnesi Brandão para o cargo de Presidente da Fundação Rural Mineira - RURALMINAS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 104/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, que dispõe sobre a afixação de tabela de preços dos serviços nas agências bancárias. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Defesa do Consumidor opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Defesa do Consumidor, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 44/2003, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre a realização de cirurgia plástica pelos hospitais da rede pública estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 174/2003, do Deputado Ricardo Duarte, que dispõe sobre a informação e a orientação a serem prestadas aos pacientes e seus familiares, relativas à legislação, ao sistema e aos procedimentos para transplante de órgãos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 13ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 12/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 9h30min do dia 12/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.017/2003, dos Deputados Chico Simões, Maria Tereza Lara, Rogério Correia, Biel Rocha, Padre João, Cecília Ferramenta, Marília Campos, Jô Moraes, Laudelino Augusto, Ricardo Duarte, Durval Ângelo, André Quintão, Roberto Carvalho e Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 12/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 133/2003, do Deputado Carlos Pimenta; 279/2003, do Deputado Sargento Rodrigues; 406/2003, do Deputado Miguel Martini; 739/2003, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.046/2003, da Deputada Marília Campos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 12/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 928/2003, do Deputado Adalclever Lopes; 940 a 943/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 974 e 975/2003, do Deputado Célio Moreira; 996/2003, do Deputado Doutor Viana; 1.030, 1.031, 1.038 e 1.039/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Finalidade: apreciar a matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da Comissão Especial dos Acidentes Ambientais, a realizar-se às 14h30min do dia 12/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater os acidentes advindos do uso de agrotóxicos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 12/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 46/2003, do Deputado Miguel Martini.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 225/2003, do Deputado Pastor George; 712/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 94/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 175/2003, do Deputado Ricardo Duarte.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 466/2003, do Deputado Antônio Andrade.

Requerimentos nºs 1.025/2003, do Deputado Domingos Sávio; 1.032, 1.036, 1.037 e 1.051/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.041/2003, do Deputado Márcio Passos.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e ouvir convidados para obter esclarecimentos sobre possíveis irregularidades ocorridas na construção do trecho da BR-383 entre os Municípios de Maria da Fé e Cristina, atendendo-se a requerimento do Deputado Laudelino Augusto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial da UEMG, a realizar-se às 15 horas do dia 12/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 15 horas do dia 12/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 67/2003, da Deputada Maria José Haueisen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.026 e 1.027/2003, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.033, 1.053 a 1.103 e 1.104/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 13/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, com convidados, a exploração e os maus-tratos a idosos por parte de asilos no Município de Santa Luzia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 9h30min do dia 13/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 935/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.009/2003, da Deputada Jô Moraes; 1.016/2003, do Deputado Chico Simões; 1.022/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 13/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutirem e votarem pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 14h30min do dia 13/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.000/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.015/2003, do Deputado Doutor Ronaldo; 1.024/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.043 a 1.045/2003, do Deputado Márcio Passos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Doutor Viana, João Bittar e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a situação dos servidores da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e as condições do atendimento aos pacientes.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2003.

Ricardo Duarte, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Chico Rafael, Dinis Pinheiro, Jô Moraes e Leonardo Quintão, membros da Comissão de Administração Pública; João Bittar, Gilberto Abramo, Cecília Ferramenta, Olinto Godinho e Zé Maia, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para a reunião a ser realizada em 13/8/2003, às 14h40min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, em audiência pública, a grave situação dos municípios mineiros em razão da redução nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2003.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Célio Moreira, Mauro Lobo e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2003, às 15 horas, no Salão Paroquial da Igreja São Sebastião, nesta Capital, com a finalidade de discutir, com convidados, a desativação da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2003.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Andrade, o projeto de lei sob comento tem por objetivo seja dada a denominação de Vereador Vicente Bernardes Dias ao trecho da Rodovia LMG-737 que liga o Município de Guimarães à BR-365.

Após exame preliminar da matéria realizado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, vem agora a este órgão colegiado a fim de ser apreciada conclusivamente, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Em primeiro lugar, convém esclarecer que a emenda referida no relatório trata de corrigir erro material verificado no projeto no que se refere ao trecho rodoviário a receber denominação. Por isso somos favoráveis ao seu acato.

Com relação ao mérito da honraria, cabe observar, conforme salienta o autor do projeto, que o Vereador Vicente Bernardes Dias foi, sem dúvida, uma das grandes personalidades públicas do Município de Guimarães, visto que, tendo sido reeleito várias vezes até aposentar-se em 1983, notabilizou-se como político incansável na busca da promoção do bem-estar da comunidade.

Nada mais justo, portanto, que a esse memorável cidadão seja prestada homenagem pelo empréstimo de seu nome para denominar próprio público.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 466/2003 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2003.

Adalclever Lopes, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

56ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 5/8/2003

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, parlamentares, telespectadores da TV Assembléia, o objetivo da minha presença nesta tribuna é fazer repercutir e trazer ao Plenário o tema da crise financeira que se abate sobre os municípios mineiros e brasileiros. Certamente, ele se encontra na mente de cada um dos parlamentares, que retornaram do recesso e de suas bases, onde tiveram contato com lideranças municipais, sobretudo com Prefeitos e Vereadores.

Neste momento, faço um registro importante. Vivenciamos a discussão em torno do pacto federativo, da Federação brasileira, muitas vezes distorcida, porque privilegia a relação entre o Governo Federal e os Estados, deixando de lado os municípios. Por força da Constituição Federal, mais de 5 mil municípios brasileiros são entes federativos, ou seja, têm o mesmo "status" constitucional dos Estados e da União. Não é possível que, neste momento, em que se discutem reformas profundas no País, como a tributária, deixemos de dar vazão à questão dos municípios.

Nestes últimos dias, jornais como "Estado de Minas", "O Tempo", "Diário da Tarde", "Diário do Comércio", "Hoje em Dia", enfim toda a imprensa mineira, têm concedido espaço para esse tema.

Ontem o jornal "Estado de Minas" publicou editorial em que se referia à falência dos municípios e à questão estrutural do sistema que hoje impera na Federação brasileira. É essencialmente no município que o cidadão tem suas frustrações, mora, vive e realiza os seus sonhos. Além disso, é onde vivencia a sua existência em simples gestos, que, muitas vezes, parecem pequenos, mas que, no seu conjunto, formam a existência de cada um de nós. Por exemplo, os de atravessar a rua, assentar-se numa praça, andar em ônibus coletivo para ir ao trabalho, levar o filho à escola, procurar posto de saúde, pedir calçamento, reclamar da iluminação pública, do buraco que atrapalha o trânsito e do sinal queimado. Esses problemas e a infra-estrutura básica, o esgoto e a água tratada são atinentes ao município. Essas questões prementes de cada um encontram-se no município, sob o encargo e a responsabilidade dos agentes políticos municipais.

É importante que a Assembléia mineira participe e esteja ao lado dos municípios neste momento de dificuldades, porque Minas é o Estado com maior número de municípios do País.

A Assembléia de Minas precisa, por meio de uma articulação institucional, suprapartidária, organizar debates e seminários para poder abrir suas portas às demandas, às reivindicações e aos reclames dos municípios, seus agentes e representantes, para que, pelo parlamento mineiro, a voz dos municípios seja ouvida em Brasília, no Congresso Nacional, nos gabinetes dos Ministérios, no Palácio do Planalto, e o enfrentamento da questão possa se dar de maneira equilibrada, não ficando os municípios a reboque dos acontecimentos e da discussão que se coloca diante da Nação, como estão até o momento.

Não é possível, já no meio do ano, quando em geral as receitas próprias dos municípios já foram realizadas pela cobrança daqueles impostos que o município pode, por si mesmo, implantar e cobrar, iniciar-se o segundo semestre com essas receitas praticamente esgotadas, tendo os municípios que pautar sua caminhada por receitas de transferências constitucionais, como o FPM, e assistir à queda em cerca de 40%, 50% desses recursos, quando ainda seis meses teremos para caminhar em termos administrativos, enfrentando despesas já assumidas, no final do ano, como o 13º salário.

É preciso que isso seja trazido à tona. O País não vai encontrar sua tranquilidade social, seu crescimento e dias melhores se os municípios forem esmagados por falta de recursos. Quando o cidadão, sentindo-se acuado e espoliado, resolve agir, a primeira instituição que procura é a Câmara Municipal. Quando os Prefeitos, por total ausência de condições, por falta de recursos, não conseguem dar a mínima resposta aos reclames da sociedade, estará instalado o caos neste País e a temida convulsão social. Não é possível que um cidadão, ao se reportar às instituições e a seus representantes diretos, não encontre uma resposta razoável. A descrença com relação às instituições será total. Não haverá Estado, Governo Federal, que são entidades abstratas, jurídicas, nem outra instituição capaz de dar ao cidadão aquela tranquilidade de que precisa. Com isso a falência do sistema e o sofrimento do cidadão no seu município serão totais.

Quero aqui conclamar os prezados colegas. Tenho a assinatura dos Líderes de todos os partidos da Casa, o que mostra um entendimento suprapartidário, para que possamos realizar um grande seminário, trazendo todos os Prefeitos mineiros, para que tenham vez e voz neste parlamento, para levantar a bandeira do municipalismo, neste momento em que o Brasil busca e deseja encontrar dias melhores para se pautar nessa vida democrática que precisamos preservar com energia, determinação, atos e gestos que possam ir ao encontro dos anseios daqueles que, neste momento, passam dificuldades.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Andrada. Gostaria de parabenizar V. Exa. por essa importantíssima reflexão. Estamos inaugurando um período de atenção para com as preocupações dos nossos municípios, que são também nossas, porque somos municipalistas.

Para ratificar as brilhantes palavras de V. Exa., quero anunciar que, nesta manhã, foi aprovado um requerimento buscando efetivamente tal reflexão. Para tanto, no dia 13, quarta-feira próxima, teremos uma audiência pública com todos os Prefeitos das regiões microrregionais e com a AMM, para discutirmos inicialmente essa situação que está trazendo, sem dúvida alguma, enormes prejuízos aos nossos municípios.

Quero unir-me a V. Exa. para dizer que essa audiência pública vai ser decisiva, porque o parlamento mineiro, a voz de Minas Gerais vai ecoar em Brasília para garantir a sobrevivência dos nossos municípios mineiros. A reflexão de V. Exa. é oportuna e correta. Temos esse compromisso com os 853 municípios mineiros, a fim de iniciarmos uma caminhada cívica para a sobrevivência de cada município, independentemente da região. Nada melhor que a oportunidade deste momento em que estamos reiniciando as nossas atividades para fazermos os nossos pedidos.

Quero dizer a V. Exa., que também está com esse propósito e esse sentimento, que estamos unidos em defesa dos nossos municípios. Parabéns a V. Exa! Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a manifestação de V. Exa. que neste momento vem corroborar o nosso esforço em favor dos municípios. Queremos saudar a iniciativa da Comissão de promover essa audiência pública com os Presidentes das associações microrregionais para iniciar esse debate. Esse é também o espírito da nossa mensagem, ou seja, fazer com que a Assembléia, por meio de todos os seus órgãos e instâncias, possa abrir suas portas para que os municípios tenham vez e voz nesse debate tão importante.

O Deputado Neider Moreira (em aparte) - Obrigado pelo aparte. Quero também manifestar minha satisfação com a iniciativa tomada pelo nobre Deputado em companhia dos Líderes. Já hipoteco o meu apoio. Aproveito para lembrar um pronunciamento feito aqui, em fevereiro, sobre o pacto federativo. Naquele momento, dizia que, se não fossem tomadas atitudes - e, quando digo nós, falo da classe política do Brasil inteiro - em prol do resgate do pacto federativo, que hoje já não existe no Brasil, os nossos municípios teriam grandes problemas.

Em nível federal, temos uma centralização de arrecadação que inviabiliza os Estados e os municípios. Temos um grande percentual de municípios que vivem, única e exclusivamente, do FPM. Se não houver uma nova atitude - e infelizmente não estamos vendo nessa reforma tributária que está sendo encaminhada no Congresso Nacional a disposição de distribuição da arrecadação -, continuaremos tendo os mesmos problemas. E as Prefeituras que hoje estão em regime pré-falimentar vão evoluir para a insolvência, sem nenhuma possibilidade de prestarem serviço à altura de nossa comunidade.

Estou absolutamente favorável a essa posição. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais precisa posicionar-se a favor e contribuir na discussão para encontrar uma solução para esse problema. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a intervenção de V. Exa., que tocou num ponto importante. Não é possível que a centralização financeira do País continue da forma como está. É lógico que esse problema não foi criado por este Governo. Foi o sistema constitucional brasileiro que levou a essa situação. Há anos estamos vivenciando essa hipertrofia do Poder Executivo, sobretudo da União, em prejuízo dos Estados e dos municípios.

Chegamos ao ponto - e podemos afirmar com segurança, sem medo de errar - de a Federação brasileira ser um pouco fantasiosa e mentirosa. Enquanto os Estados e os municípios têm, sim, reconhecida a autonomia política, porque elegem os seus Governadores e Prefeitos, por outro lado, os municípios e os Estados não têm autonomia financeira, porque vivem exclusivamente na dependência do Governo Federal. Não há Estado nem município que consigam sobreviver sem ter de estender a mão e levar o pires em Brasília para pedir alguma verba ou ajuda. Isso não é federação. Federação é pacto de Estados que se unem para formar uma nação. A União não é dona do Estado, nem do município; representa essa união, que existe para gerenciar a tranquilidade e o progresso da Nação. Assim sendo, estamos vendo uma inversão: a União esmagando os Estados e os municípios, que, neste momento, são os entes mais atingidos.

Tenho a certeza de que esta Assembléia abrirá suas portas para fazer ecoar, de maneira bem alta e forte, o sentimento do municipalismo mineiro, que haverá de fazer reverter esse quadro. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, membros da Mesa, senhoras e senhores parlamentares, amigos que nos acompanham das galerias e por meio da TV Assembléia, tenho certeza de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tomou conhecimento da atitude do Sr. Ailton Brasiliense, Presidente do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN -, em relação a uma deliberação, por meio da qual demonstra ato abusivo, desrespeitoso e que fere frontalmente o Código de Trânsito Brasileiro. Trata-se, portanto, como já disse, de ato abusivo, além de prejudicial à população.

Às vezes, pergunto-me se os motoristas são diferentes dos demais profissionais. Em qualquer profissão, tem-se direito à defesa e ao contraditório. O motorista não tem esse direito. Fere o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, o motorista receber em casa boleta condenatória da multa, com os pontos e o valor a pagar.

Falo para os senhores do PT e não como crítica, mas como alerta, para que possa chegar ao conhecimento do Presidente da República que o Sr. Ailton Brasiliense, no dia 11/7/2003, teve a coragem de emitir a Deliberação nº 38, desautorizando a colocação de placas indicadoras da existência de radares. No mínimo existe dúvida sobre a atitude do Presidente do CONTRAN. Por que retirar essas placas sinalizadoras, se o art. 28 do Código de Trânsito Brasileiro dispõe claramente que estas são obrigatórias, pois são educativas? Por que somente em relação aos radares existe deliberação proibindo o uso dessas placas?

Meus amigos do PT, pessoas que muito admiro, algo está acontecendo. Com certeza, volto a frisar que o Presidente Lula não tem conhecimento disso. Como estará o faturamento da indústria das multas, existente em todo o País, e a cota dos proprietários dos radares, que não pertencem às Prefeituras e aos Estados, mas a grupos particulares?

Não queremos que o cidadão abuse da velocidade. Já disse e volto a repetir: uso carro para vir de Juiz de Fora, porque não há vôo. Aeroporto até existe, e será inaugurado mais um. Não é isso. Queremos que o cidadão seja informado para ser educado. Se proibiram a placa indicativa da distância do radar, por que não retirar as placas indicativas de curva perigosa, de escola, de trevo? Essas placas continuam e, assim, ferem a Constituição no que se refere à afirmação de que todos são iguais perante as leis, além de ferirem o Código de Trânsito Brasileiro.

O Sr. Ailton Brasileiro comete dois erros gravíssimos: o de deliberar sem Conselho, como se fosse o único, o deus todo-poderoso do Conselho Nacional de Trânsito; e o de emitir a Deliberação nº 38, mandando que se retirem as placas. Nesse ponto, quero parabenizar os Prefeitos de Belo Horizonte, Betim, Contagem e Juiz de Fora, que não aceitaram a deliberação inconseqüente desse cidadão, Presidente do CONTRAN.

Certamente, os Deputados do PT, que têm demonstrado nesta Casa muito equilíbrio, levarão essa informação ao Presidente, pois o Lula não chegou à Presidência à toa.

A Deputada Ana Maria (em aparte) - Deputado Alberto Bejani, quero fazer minhas as suas palavras. No Brasil, precisamos substituir a cultura da taxaço e da cobrança pela da educação e da preparação do nosso cidadão.

Parabéns por seu pronunciamento. Esperamos que isso chegue a Brasília e que as placas retornem, educando e orientando nossos motoristas, para que saibam que as ruas são para transitar, e não para correr. As pessoas não devem ser prejudicadas antes mesmo de serem comunicadas. Muito obrigada.

O Deputado Biel Rocha (em aparte) - Deputado Alberto Bejani, concordamos com sua avaliação da atitude do Presidente do CONTRAN, que realmente foi autoritária, pois não ouviu o Conselho. Certamente, o PT intercederá junto ao Presidente da República, mas pedimos que V. Exa., que também é Governo Federal, na medida em que o Vice-Presidente e o Ministro dos Transportes são do PL, junte-se a nós para provocarmos uma reação a essa atitude autoritária. Estaremos juntos nesse movimento, o PT e o PL, e provocaremos essa discussão.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Alberto Bejani, quero parabenizá-lo. De fato, seu pronunciamento vem ao encontro dos reclames populares em todo o Brasil. É um acinte, uma vergonha para o País termos a indústria da multa estimulada e a questão da segurança relegada não sei a que plano. A placa educativa é fundamental para esclarecer ao condutor do veículo o limite adequado para a região. Além disso, o alerta de que poderá haver uma multa também é educativo.

Em determinadas situações, a placa é fundamental. Por exemplo, a BR-381, na entrada de Belo Horizonte, é uma rodovia de pista dupla e, pela madrugada, ao chegar à Capital, um cidadão não pode adivinhar o limite da velocidade sem nenhuma placa e sem nenhum trânsito. Como adivinhará que deve trafegar nessa via de pista dupla a 60km por hora? Isso é impossível.

E esse cidadão será penalizado com multas pesadíssimas, sacrificando o seu patrimônio. Esse fato não representará nenhum fator de segurança, e essa atitude é arbitrária e criminoso. Com certeza, como V. Exa. deixou transparecer, trata-se de um "lobby" de indústrias para sugar o dinheiro do povo, por meio de contratos vergonhosos, lucrando com parte da venda de determinados aparelhos eletrônicos. As empresas vendedoras desses equipamentos desejam fazer desse artifício uma forma de arrecadação para os municípios.

V. Exa. está de parabéns! No mês passado, apresentei projeto de lei regulamentando as placas de sinalização e as luminosas, para alertar os condutores de veículos, próximo aos radares, informando-lhes o limite de velocidade e o risco de multa que correm.

O Deputado Alberto Bejani - Muito obrigado, Deputado. Antes de passar a palavra ao Deputado Chico Simões, do PT, com quem tenho aprendido muito nesta Casa, parabenizo o Sr. Ailton Brasileiro, por inserir nessa deliberação, no art. 2º, notificação-multa. Notificação significa obedecer ao art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, que assegura o direito à defesa ao contraditório. Notificação não é multa, mas o processo administrativo em que o cidadão tem o direito de apresentar a sua defesa e o seu contraditório, pois um guarda da BHTrans pode, não simpatizando com a fisionomia de um cidadão, adivinhar a placa do seu veículo e anotá-la, dizendo que passou em um sinal vermelho, mesmo que não esteja em Belo Horizonte. Na casa desse cidadão, chegará, por AR, uma notificação, e, sem defesa, terá de recorrer, sem poder oferecer as testemunhas que afirmariam que se encontrava em outra cidade na ocasião.

Essa pena fere o direito do cidadão, porque, de acordo com o Código Penal, ninguém pode ser condenado duas vezes pelo mesmo crime. O cidadão, além de perder pontos, paga multa pela mesma infração cometida.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Parabenizo V. Exa., que, há muito, defende essa bandeira para moralizar as penalidades relativas às infrações de trânsito. Não podemos usar a multa como fonte de receita.

Retrato o que falou o Deputado Antônio Carlos Andrada, quando defende a frente parlamentar para discutir o pacto federativo e valorizar os Prefeitos. Essas multas e taxas foram criadas pelo Governo Federal do PSDB, que desejava concentrar recursos na União. Para isso, teve de utilizar metas não muito aceitáveis. Com o novo Governo Federal, em que o seu PL também é base, temos de cobrar providências, para que a justiça seja feita.

Temos de exigir que o Estado cumpra as normas. O cidadão tem de cumpri-las, mas o Estado dificilmente o faz. Brasília está longe, mas o Palácio da Liberdade está perto. Solicito a V. Exa. que peça ao Governador e ao Secretário da Fazenda que acatem a lei por nós aprovada. O direito do servidor, do cidadão, normalmente não é respeitado. É preciso nos unirmos para irmos ao Governador exigir o pagamento aos prestadores de serviço do IPSEMG. Durante o recesso andei pelo interior e vi que os prestadores de serviço e os hospitais estão em situação de penúria. Conte conosco para cobrar o que for justo para valorizar o cidadão, as Prefeituras e os Prefeitos, que se encontram em situação difícil. Obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Obrigado. Lembro a V. Exa. que não há necessidade de o Deputado Alberto Bejani procurar o Governador. Por várias vezes, vi na sala do Governador os Deputados Rogério Correia e Durval Ângelo, ambos do PT. Vocês também têm livre acesso ao Palácio.

Tenho e terei sempre grande admiração pelos senhores do PT, pessoas equilibradíssimas. Quisera eu ser vice do amigo Biel em Juiz de Fora para unirmos o útil ao agradável; porém, isso parece não ser possível. Tenho a certeza de que vocês levarão as questões ao conhecimento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, também venho a esta tribuna, com a alegria de reencontrar os colegas, para tratar da situação dos municípios brasileiros, porém sob outra perspectiva. Não há dúvida sobre a base de legitimidade das reivindicações e angústias vividas pelos municípios.

A Constituição de 1988 apontou positivamente para o fortalecimento do municipalismo, incentivando a descentralização das políticas públicas. Naquele momento, houve perspectiva crescente de arrecadação tributária para os municípios, que assumiram novas responsabilidades: educação, saúde, assistência, cultura, transporte, meio ambiente, entre outras.

Naquela época, a arrecadação e o bolo tributário nacional dos municípios chegou a 19%. Esse percentual foi destinado, com instrumentos complementares à Constituição de 1988, aos municípios brasileiros. Nos anos posteriores, com dois Governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve o que chamamos de reconcentração de recursos na União. Hoje os municípios participam de apenas 13% a 14% do bolo tributário nacional. Isso quer dizer que, pela Constituição, assumiram novas responsabilidades - defendemos que principalmente as políticas públicas sociais sejam municipalizadas -, mas não houve contrapartida financeira. Então, há base de legitimidade nas reivindicações. Podemos discutir se o caminho adequado é a paralisação da prestação de serviços públicos ou se houve liberalidade quanto à criação de novos municípios, talvez sem a necessária estrutura e fundamentação legal.

O momento é adequado. Está sendo discutida a reforma tributária nacional, e é normal que os municípios façam esse debate. A Assembléia já apresenta várias iniciativas, como as audiências públicas e as propostas das lideranças desse seminário.

Há uma outra questão que muitas vezes passa despercebida. Não podemos focar todo o debate na repartição do bolo tributário, ou seja, retirar um pouco mais da União e dos Estados para os municípios, por mais justo e necessário que isso seja. Temos de discutir outras formas que dêem a esses municípios condições de desenvolvimento local sustentável. O município não pode ficar refém de repasse de recursos da União ou do Estado. É preciso que haja políticas públicas que estimulem o desenvolvimento sustentável local.

Precisamos discutir uma questão fundamental no Brasil e em Minas, muito esquecida ao longo dos últimos anos: a necessidade do planejamento regional. Os municípios, com o apoio dos Estados e das agências de informação, das agências de ensino, das agências formuladoras e financiadoras do desenvolvimento, precisam traçar planos específicos de desenvolvimento regional, porque o município não pode ficar no aguardo de recursos. Ele tem de ter possibilidade de crescimento econômico, com geração de emprego e renda. Esse é um caminho que a Assembléia pode e deve discutir neste ano.

Neste segundo semestre, discutiremos o Plano Plurianual de Ação Governamental do Governo do Estado. Temos a obrigação, cada Deputado e Deputada, na sua região de maior atuação, junto com as comissões desta Casa - e estamos empenhados nisso por meio da comissão de Participação Popular -, de saber qual a perspectiva de planejamento regional para as várias Minas. Minas Gerais e os municípios mineiros têm potencialidades, mas precisam de planos específicos, microrregionais e macrorregionais de desenvolvimento sustentável.

Nesse breve período sem reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembléia, tive a oportunidade de fazer várias viagens, em especial ao Norte de Minas e ao vale do Jequitinhonha. Cito, por exemplo, a cidade de Januária, município que tem vocação para o turismo e grande possibilidade de desenvolvimento dessa atividade. Mas, para tanto, são necessários planos específicos. É preciso sinergia, encontro de vontades dos Governos municipal, estadual e federal.

No caso de Januária, trago uma boa notícia. O povo desse município teve sorte. Lá, houve uma grande mobilização, no primeiro semestre, sobre a averiguação do uso do recurso público, principalmente na área da saúde. Januária foi sorteada pelo Governo Federal. Os técnicos da União estarão lá, neste mês, averiguando o uso do pouco recurso que, às vezes, chega ao município.

Na cidade de Almenara - onde, o Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Ricardo Duarte, promoverá uma audiência pública - houve a construção de um hospital regional. Só que esse hospital foi ocupado pelo centro administrativo da Prefeitura, o que prejudicou o atendimento à saúde naquela região. É preciso uma boa utilização dos recursos que chegam ao município.

Quero frisar que os municípios têm potencialidades. No vale do Jequitinhonha, na cidade de Medina, foi realizado o FESTIVALE, com o apoio do Governo Lula e de algumas empresas estaduais e com a participação da secretaria extraordinária. Foi um festival muito bem organizado.

Mais de duas mil pessoas de fora participaram. A cultura de dinamização do vale do Jequitinhonha se apresenta como uma grande oportunidade. Há ligação no baixo Jequitinhonha até a divisa com o sul da Bahia, mas faltam 60km, 70km de asfalto. Quando Governador, Antônio Carlos Magalhães asfaltou uma parte da estrada dentro de Minas Gerais. Minas não fará seu papel? Sessenta quilômetros de asfalto viabilizam economicamente um município. O Município de Almenara pode ser um pólo importante, mas precisa de ligações com, por exemplo, o sul da Bahia.

Vamos discutir a reforma tributária, maior participação dos municípios, mas devemos discutir o planejamento regional para as várias Minas. Espero que não chegue um pacote pronto, por melhor que sejam os 29 projetos estruturantes do Governo do Estado, elaborados com empenho e correção pelos técnicos.

A Assembléia Legislativa deveria realizar audiências regionais, não para fazer catação de varejo que, muitas vezes, não é devidamente encaminhada pelo Governo do Estado, mas para discutir diretrizes de desenvolvimento regional sustentável.

Tivemos a experiência de levantamento de demandas não atendidas pelo Governo Estadual, o que gerou frustração. As audiências públicas regionais, espécie de orçamento participativo encaminhado pela Assembléia, foram importante iniciativa da Assembléia. Podemos avançar como o Governo Lula, que discutiu em cada Estado propostas e diretrizes de planejamento regional. Devemos fazer o mesmo no segundo semestre, ou seja, discutir diretrizes estratégicas de desenvolvimento sustentável para cada macrorregião, envolvendo os municípios, para que avancemos na questão da redistribuição do bolo e para que haja desenvolvimento maior do Estado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Cumprimento o Deputado André Quintão pelo pronunciamento. Quero reforçar alguns pontos. Há concentração no Governo Federal, feita durante o Governo de Fernando Henrique e em governos neoliberais que antecederam Lula. Somos municipalistas, mas queremos que haja controle social das políticas públicas.

Em Betim, a organização e a nomeação do Conselho Municipal de Saúde nas regionais são, muitas vezes, manipuladas pelo Governo, para que os cargos sejam ocupados por pessoas que possam ser induzidas a não fazer o controle necessário do recurso público. Vimos, pelo PPA do Governo Federal, a importância da participação das entidades na questão regional.

Em Divinópolis, há mandados e a questão do PRODESCOM - que o Lula conheceu na época da campanha eleitoral -, programa regionalizado do Centro-Oeste.

É preciso unir esforços. A Assembléia deve participar, com os municípios, para que sejam encontrados caminhos de desenvolvimento auto-sustentável. Temos as questões da economia solidária, da geração de renda e do controle social. O que tem feito o Governo Federal representa um grande avanço, porque transparência e honestidade fazem com que os recursos públicos possam render e chegar ao trabalhador excluído, destinatário prioritário dos recursos públicos.

O Deputado André Quintão - Há ausência de planejamento. Não temos plano diretor para a RMBH, mas ocupação desordenada, que não compatibiliza desenvolvimento econômico com respeito ambiental.

Até hoje, não existe plano diretor na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Zona da Mata, durante anos, passou por um processo de decadência econômica. Precisamos repensar, em conjunto, as políticas de agropecuária, do leite e do café. Não adianta pegar situações isoladas de cada município, reivindicando aumento do FPM. Minas Gerais precisa de recuperação econômica, vinculada ao processo nacional de desenvolvimento econômico do Governo Lula. Superada a etapa inicial de transição, da herança maldita do Governo Fernando Henrique, tenho certeza de que serão criadas as condições necessárias ao desenvolvimento econômico.

Conversei com alguns parlamentares e com o Presidente Mauri Torres, sugerindo que a Assembléia proponha, como fez o Governo Lula, um debate participativo sobre desenvolvimento regional em Minas Gerais, envolvendo autoridades públicas oficiais e não oficiais, a fim de que possamos, neste semestre, aprovar não um pacote pronto do Governo Estadual tecnocrata, mas uma proposta de recuperação econômica e política para Minas, observando-se as especificidades regionais. Muito obrigada.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, abordarei um tema de grande importância para o Brasil, com reflexos imediatos em Minas Gerais. Solicito permissão à Presidência para usar este símbolo do MST, este boné. Tenho certeza de que a minha atitude não será considerada como quebra de ética parlamentar, porque se trata de movimento legalizado. E, como somos "café pequeno", os mercados não irão se abalar.

Considero fundamental - e falo em nome do Bloco PT-PCdoB - que façamos não uma análise da reforma agrária, mas apresentemos propostas concretas. Esse problema não pode ser resolvido sem que coloquemos em discussão o Governo Federal, mas medidas devem ser tomadas no Estado. A nossa proposta, como já o fizeram o MST e outros movimentos sociais do campo, é colocar na agenda nacional, mais uma vez, o problema do latifúndio e sua resolução por meio da reforma agrária. O número de ocupações aumentou, porque a tensão no campo não terminou. Ainda não foi possível a realização da reforma agrária com a abrangência necessária. O Governo Lula está preparando uma ação mais volumosa. Mas, enquanto essa preparação é feita, nada mais justo que os movimentos se unifiquem e promovam ações, a fim de colocar na ordem do dia a principal bandeira do País, ou seja, a realização da reforma agrária, entendida não apenas como a democratização do uso da terra, que é fundamental, mas também a inversão da política agrícola, já iniciada no atual Governo, especialmente com a agricultura familiar. O tema reforma agrária precisa ser central.

Parabenizo o jornal "Estado de Minas" por uma série de reportagens a respeito do problema da terra, a exemplo do editorial publicado em 28 de julho, quando estavam sendo discutidas as ocupações, em que os conservadores ficaram histéricos, como se movimento social fosse sinônimo de baderna ou caso de polícia. O editorial denominado "O Escândalo das Terras em Minas" diz, entre outras: seja o que for, há outras falhas que esse jornal denunciou em manchete no domingo anterior. Grandes empresas, siderúrgicas, mineradoras e produtoras de papel e carvão exploram terras do Governo para plantio de eucalipto, pagando ridículos R\$0,53 por hectare ao ano.

A reportagem publicada em 20 de julho mostrou o tamanho do escândalo: 16 empresas exploram 238.000ha pela bagatela anual de R\$125.000,00.

Há vários exemplos de terras devolutas exploradas por bagatelas. O escândalo começou em 1975 e continua até hoje, com milhares de hectares explorados por R\$0,53 ao ano. As terras pertencem ao Estado e são postas a serviço dessas empresas. Deputado Adelmo, V. Exa. é do Triângulo e sabe que isso continua na região, assim como no Noroeste, nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no Norte de Minas e nas áreas mais pobres. Milhares de hectares poderiam servir à reforma agrária.

Portanto, as terras devolutas têm sido alvo de ocupação e denúncias corretas e concretas do próprio MST. No vale do Jequitinhonha ocorreram ocupações desse tipo de terra, que pertenciam a empresas, conforme veiculado no jornal "Estado de Minas". É claro que o agravamento da miséria e da recessão econômica faz com que os conflitos sociais recrudescam. É preciso reconhecê-los e solucioná-los, e não pedir repressão a esses movimentos. Armar jagunços e promover histeria, como vários latifundiários têm feito, não resolve. A atitude do Governador Aécio Neves de solicitar ao Lula que aja de forma enérgica, reprimindo o movimento, também não resolve. A solução não é essa. Em Minas, o Governo pode tomar outras medidas, evitando a repressão.

Sr. Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, V. Exas. representam a Mesa da Assembléia. A proposta do Bloco PT-PCdoB é a de que seja feita reunião e instituído grupo de trabalho, ou melhor, prefiro palavra mais forte, que seja criada uma força-tarefa para resolver o problema da terra no Estado, permitindo que a reforma agrária seja o centro das nossas discussões ainda neste semestre. O uso da expressão "força-tarefa" é mais justo porque demonstra que esse assunto é prioridade, que os organismos responsáveis se unirão. Fala-se muito em força-tarefa na segurança pública.

Fui relator da CPI do Narcotráfico, importante força-tarefa para a resolução do narcotráfico, ou pelo menos para apontar algumas soluções para os problemas de segurança pública. Um dos problemas é a falta de resolução dos problemas sociais, e, certamente, o do campo é um deles. Por que não criarmos uma força-tarefa para realização da reforma agrária?

Proponho, em nome do bloco, que a Assembléia Legislativa seja vanguarda desse processo de construção dessa força-tarefa. Precisamos convocar, entre outros, o Poder Judiciário. O Dr. Carlos, da vara agrária, tem realizado belíssimo trabalho. Temos de saber quais são as terras de litígio e o que a justiça precisa para agilizar os julgamentos emperrados. O Judiciário deverá ser mais ágil para ajudar na realização da reforma agrária, com papel fundamental nessa força-tarefa.

A Assembléia Legislativa coordenará esse processo, pois agrega no seu interior os movimentos sociais. Serão parceiros desta Casa o MST, a FETAEMG, o MLST e outros movimentos sociais. Todos devem participar dessa força-tarefa, apontando as terras onde há necessidade de força de trabalho e as regiões onde existem pessoas dispostas e com condições de trabalhar na terra. A parceria com esses movimentos é importante, pois possuem experiência em assentamentos e acampamentos e na realização da reforma agrária.

O Deputado Marcelo Gonçalves, da Secretária Extraordinária da Reforma Agrária, tem interesse em ajudar nessa constituição, pois o Governo do Estado precisa definir, juntamente com o ITER, quais são as terras devolutas e agilizar o trabalho de verificação das terras passíveis de reforma agrária e dos latifúndios improdutivos. Essa é a tarefa do Governo do Estado.

O Governo Federal tem responsabilidade central nesse caso. Portanto, o INCRA em Minas Gerais, por meio do ex-Deputado Marcos Helênio, terá função de agilizar e disponibilizar técnicos para trabalho coletivo e rápido, informando a disponibilidade financeira em relação à composição da reforma agrária no Estado. O INCRA seria parte disso. O Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria Agrária, deverá participar das

ações judiciais. Cito também as participações das Polícias Militar e Federal, não como agentes de repressão, mas para evitar o conflito no campo, desarmando jagunços e garantindo a paz e a ordem para a realização de reforma agrária pacífica, desejo de todos. Cito também a OAB, enfim, todos os movimentos sociais.

Acredito que essa força-tarefa deve ser criada rapidamente, para avançarmos na resolução do problema da reforma agrária no Estado. O que não pode acontecer é o Governador do Estado cruzar os braços e ir ao Presidente da República pedir a repressão do movimento. Isso em nada resolve. É necessário que a sociedade mineira e brasileira compreenda a necessidade de resolver os problemas do campo, por meio da realização da reforma agrária.

Essa é a nossa proposta. Esperamos que ela se torne agenda principal desta Casa, dos Governos Estadual e Federal e do povo mineiro. Só assim diminuiremos os conflitos e as tensões no campo e resolveremos os problemas.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Parabenizo-o pelas palavras. Sou a favor do movimento para ocupação de terras não produtivas. Não basta dar-lhes a terra; é preciso dar-lhes condição de plantar, ajudá-los pelo menos durante um ano, para então colherem a safra. Felicito-os pelos lindos bonés e chamo-lhes a atenção para os dos Deputados Biel Rocha e Durval Ângelo, que muito nos alegram por estarem aqui e cujas esposas, vendo-os pela TV Assembléia, não sabiam quanto são bonitos. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Há um também para V. Exa.

O Deputado Biel Rocha (em aparte) - Além de ficarmos bonitos, sentimo-nos honrados. A contribuição do MST ao povo brasileiro é de extrema importância. Há quem diga que, se não fosse o caráter de organização e educação política do MST, estaríamos em guerra civil. Há 20 anos contribuindo para a realização pacífica da reforma agrária, leva este País aonde sempre desejamos.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) * - Não aceitaremos a criminalização que o setor da elite impõe ao MST, querendo isolar o Governo com postura radical. Sempre fomos a favor da reforma agrária, fator estruturante para a consolidação da inclusão social, sem a qual não há justiça social. A liberação de recursos para a safra agrícola aumentou em 25%, R\$32.000.000.000,00 e R\$5.500.000.000,00 serão destinados à agricultura familiar, por intermédio do PRONAF. Este Governo, além de apoiar a reforma agrária, acredita na agricultura como fator de geração de emprego barato e rápido, de estabilidade e de credibilidade em relação à balança comercial.

O Deputado Rogério Correia - Peço ao Deputado Rêmoló Aloise que encaminhe à Mesa solicitação da realização da reunião desse grupo de trabalho, para que o assunto "reforma agrária" conste na ordem do dia. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, neste início de segundo semestre, quero saudá-los, com muito entusiasmo, vontade, denodo e responsabilidade pelo compromisso que assumimos com esta Casa Legislativa.

Tenho a certeza de que, com este rol de parlamentares que compõem o Legislativo mineiro, de primeira grandeza, haveremos de construir uma sociedade justa e, acima de tudo, responsável.

Reportando-me ao art. 70 do Regimento Interno desta Casa, trazem-me a esta tribuna as palavras iniciais do Deputado Antônio Carlos Andrada, proferidas na abertura desta reunião. Manifesta a sua preocupação, que é de Minas Gerais e do Brasil, quanto à situação dos municípios. Aliás, o município é a "cellula mater" do Estado, e assumimos um compromisso com os nossos municípios, com a nossa terra natal, com toda a nossa região e com o Estado. Aproveitando a reflexão sobre os assuntos que estão em evidência na imprensa falada e escrita, que tem sido traduzida não somente pelo sentimento dos parlamentares, como também por cada cidadão, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, trago-lhes a exposição de motivos que levaram à apresentação, nesta manhã, do requerimento já aprovado, a fim de iniciarmos uma ampla discussão.

Srs. Deputados, estamos diante de uma situação insustentável, que requer urgentemente a manifestação desta Casa por serviços essenciais, que somente o poder público pode oferecer à população, os quais se encontram totalmente comprometidos, se não paralisados.

Na verdade, estamos assistindo ao completo estrangulamento dos nossos municípios, que estão absolutamente asfixiados pela transferência de responsabilidade sem a correspondência necessária do repasse dos recursos para o custeio dos encargos que são sistematicamente atribuídos aos municípios. O resultado dessa injusta equação são os municípios inviabilizados e sem condições mínimas de atender aos seus moradores. Tenho a certeza de que vários parlamentares já foram Prefeitos e estão sensibilizados com esse drama por que passam os seus municípios.

Na verdade, pelo número de municípios que possui, o nosso Estado experimenta essa crise em proporções mais acentuadas. Por isso mesmo, acreditamos que este seja o inadiável momento em que o parlamento mineiro deve levantar a sua voz solidária com os Prefeitos dos 853 municípios e congregar todos os esforços para que o Governo Federal reconsidere a sua posição.

Requer-se, acima de tudo, maior transparência nos critérios que definem o valor dos repasses do FPM, que não são suficientemente claros para explicar a razão das continuadas reduções das importâncias transferidas aos municípios.

Não podemos admitir que a voragem centralizadora do Governo Federal resulte no caos social, caminho natural quando o poder público se mostra incompetente para implementar as suas próprias atribuições.

Como conceber que os municípios sejam forçados pela escassez de recursos à suspensão de serviços sociais, tais como exames médicos, transporte escolar, distribuição de leite e de cestas básicas? Há casos em que, por meio de decreto, a frota municipal é impedida de circular por mais de 60 dias. Isso representa a ausência, por exemplo, de ambulância para o necessário deslocamento de pacientes para centros maiores. Assim, entendo que esta Casa deve associar-se à justa reivindicação dos Prefeitos mineiros e fortalecer o pleito do Governador Aécio Neves para que seja assegurada participação dos Estados e municípios na distribuição dos recursos arrecadados pela CPMF e CIDE. A gravidade do assunto que ora abordamos requer postura firme, determinada e urgente deste parlamento.

Por essa razão, apresentamos pela manhã requerimento, que foi aprovado, para que seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Administração Pública e de Assuntos Municipais e Regionalização, com o propósito de coordenar ações e concentrar múltiplos esforços que impliquem a reversão desse quadro. A audiência ocorrerá no próximo dia 13, quarta-feira, às 14h30min, no auditório desta Casa.

Conclamo os ilustres pares a se comunicarem com seus Prefeitos, porque, nessa reunião, iniciaremos a frente parlamentar anunciada hoje pelo Deputado Antônio Carlos Andrada, com manifestação dos Deputados Adalclever Lopes e Domingos Sávio. Com esse debate, teremos uma

radiografia, na qual veremos a situação por que passam nossos municípios. A partir daí, constituiremos a frente municipalista para cobrar do Governo Federal e dos Deputados Federais da bancada mineira que se respeitem os direitos e requisitos de que este Estado é credor.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, parabenizo V. Exa. Não é surpresa, pois seu trabalho é referência para esta Casa. Em momento extremamente oportuno, V. Exa. faz considerações sobre as dificuldades por que passam os municípios mineiros e brasileiros.

Já tivemos oportunidade de dirigir uma Prefeitura Municipal. A partir da Constituição de 1988, foi transferida aos municípios uma enormidade de responsabilidades. Até entendo que esse seja o procedimento administrativo mais adequado. É bom termos a municipalização da saúde, porque é no município que o cidadão reside, precisa de cuidados médicos, prevenção e atendimento no dia-a-dia. É lá também que devem ser oferecidas a educação e a segurança. Enfim, todas as situações que reclamam, exigem ação pública, ocorrem onde vive o cidadão. Essas responsabilidades, que já eram pesadas, tornaram-se desproporcionais à receita e se agravaram a partir da estratégia do Governo de criar contribuições que não são compartilhadas com municípios e Estados. Trata-se de uma aberração, mas não adianta culpar Governos anteriores. É hora de tomar uma decisão séria, de respeito ao municipalismo.

O que nos deixa tristes é o fato de que, com freqüência, ao longo da história deste País, se faz o discurso de que temos de valorizar o município, pois é onde o cidadão vive, que é preciso distribuir de maneira mais justa os impostos, mas, quando se assumem os governos, tanto no nível federal quanto no estadual, essa preocupação diminui.

Não podemos permitir, agora, quando se está executando a reforma tributária no Governo Federal, o dissabor de ver o rolo compressor, que já se prenuncia com relação à reforma da Previdência, para esta semana, atuar em detrimento dos princípios democráticos. Faz-se um discurso de justiça social, de valorização dos municípios e, depois, o que se vê, é aprovação de mais arrocho fiscal, sem que haja a menor perspectiva de dias melhores para os municípios.

Essa discussão vem em momento oportuno. Vamos nos unir, não deixando que isso seja mero discurso. Toda esta Casa, todas as bancadas, todos os partidos vão levar ao Congresso Nacional a voz do povo mineiro, que tem representação nesta Assembléia. Devemos ficar ao lado dos Prefeitos, pois o que se está fazendo com os municípios é uma covardia. Não com os Prefeitos; é claro que eles, de alguma forma, precisam fazer a manifestação política representativa de seu povo, mas é uma covardia e um crime para com o cidadão, para com a criança que está na escola municipal, para com aquele que sofre com a falta de saneamento básico, que é dever das Prefeituras executar. Até mesmo a limpeza urbana fica comprometida. Quanto à segurança, nem se fala. Criou-se a perspectiva de guardas municipais, tanto na Constituição Federal como na mineira, mas com que dinheiro os municípios poderão melhorar a segurança, se já têm que arcar até com parte das despesas que seriam do Estado?

Preocupam-me também as atitudes do Governo Federal com relação à reforma agrária. Vimos aqui, hoje, uma manifestação, que entenderia como simpática, se o momento fosse de fazermos apenas uma homenagem ao MST, contra o qual não tenho nada, pois respeito cada cidadão que luta pelos seus direitos. O que me surpreende e decepciona, e frustra a todo brasileiro, é verificar que o PT assumiu o Governo Federal, tem a Presidência da República e a maioria do Congresso e não assentou nenhuma família, não indicou que reforma agrária quer fazer. Simplesmente dá a demonstração de que está apoiando não apenas o MST, mas também o estado de coisas que está aí. Se não indica uma alternativa ordeira, no mínimo estabelece uma grande contradição.

Ouvi, há uma semana, o Ministro da Reforma Agrária deste País dizer, em alto e bom som: "Se os ocupantes ou aqueles do MST ou de qualquer movimento endurecerem, vamos ter que baixar o pau". Foi essa a expressão que um Ministro de Estado usou. E, na outra ponta, vemos o PT dizer que apóia aqueles que estão fazendo a invasão. De certa forma o PT está dizendo que têm que invadir mesmo, porque não há governo para fazer reforma agrária. Isso é um absurdo.

O problema da reforma agrária não é restrito a Minas Gerais, é de todo o Brasil. Isso precisa ser colocado com a seriedade que o momento requer, do contrário pode parecer uma comédia burlesca, que pode virar tragédia grega. E depois vamos dizer o quê? Invadiram, baixaram o pau, morreu gente, a culpa é de quem?

Deixo aqui minhas dúvidas quanto a esse tipo de manifestação. É hora de apoiarmos os Governos Lula e Aécio Neves a fazer a reforma agrária, que pressupõe um ato oficial, sério, organizado, democrático, não pela invasão.

Parabéns, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. V. Exa. traz a defesa do municipalismo, e comungamos com essa idéia, assim como com a defesa da reforma agrária, mas de maneira ordeira. Um governo que sempre a pregou não precisa se valer do artifício de estimular invasão, sob o pretexto de que é assim que se faz reforma agrária.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - V.Exa. tem de ser parabenizado pela atitude. Quase que de joelhos, peço ajuda dos parlamentares.

Ontem, em triste reunião presidida pelo Prefeito Paulo Ladeira, estavam presentes 23 municípios da AMOC. Os Prefeitos suplicavam ajuda, pois até os serviços essenciais estavam comprometidos. O Sr. Alonso Ruela, Prefeito de São João do Oriente, dizia ser sério, honesto e nunca haver atrasado uma conta em sua vida. Agora, estava ficando inadimplente, porque não tinha a mínima condição de manter os serviços essenciais.

Segundo o jornal "Hoje em Dia", mais de 80 municípios aderem à greve. Na verdade, não é greve, mas falta de recursos. Estão inadimplentes porque não têm a mínima condição. Imaginem as Prefeituras desse jeito!

Grande parte da segurança pública de Minas Gerais é feita pelos Prefeitos. Gasolina, viaturas e até mesmo o espaço físico, muitas vezes, são alugados e pagos pela Prefeitura. É triste ver que os municípios estão empobrecendo, e quem sofre com isso é o povo.

Após a reunião com os Prefeitos de Caratinga, Santa Rita, Piedade e vários outros da AMOC, apresentamos requerimento pedindo a criação da Frente Parlamentar Municipalista, para que pudéssemos, juntamente com os 76 Deputados, estar presentes à discussão e reivindicar o que é justo e necessário para manter o mínimo necessário para a dignidade dos cidadãos dos pequenos municípios. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Parabenizo V. Exa. pela iniciativa; temos certeza de que caminharemos juntos.

Outro assunto, Sr. Presidente, cuja relevância já se fez notar em audiência pública realizada, em junho último, pela Comissão de Educação desta Casa, atendendo a nosso requerimento, e que desejo enfatizar nesta oportunidade, é sobre a decisão do Governo do Estado de estender de oito para nove anos o tempo de duração do ensino fundamental.

Naquele encontro, motivado pelo anúncio feito pela Secretária da Educação, Profa. Vanessa Pinto Guimarães, de que o Estado iria estender de

oitos para nove anos o tempo de duração do ensino fundamental, procurei fazer uma avaliação, ainda que singela, de algumas realidades que se tornaram fatores preponderantes para a iniciativa do Governo do Estado.

Consideramos, naquele momento, a realidade, que nos mostra que, a despeito dos avanços registrados na educação, Minas Gerais regrediu da posição histórica de 1º colocado no País em qualidade da educação pública, passando à 4ª colocação no Sistema de Avaliação do Ensino Básico, conforme dados de 2001.

Outro dado comparativo preocupante: os alunos do setor público obtiveram, em 2001, resultados bem inferiores aos da rede privada, o que não deveria, aliás, servir de parâmetro para nossas considerações.

Essa realidade avoluma-se ainda mais pelo fato de Minas Gerais possuir a 2ª maior rede de educação básica do País. São mais de 5 milhões de estudantes, sendo que 68% desse total encontram-se matriculados no ensino fundamental.

De fato, é inconcebível que, ao final de quatro anos submetido ao processo de alfabetização, o aluno não saiba ler ou escrever ou mesmo desenvolver simples operações aritméticas.

Diante desse contexto, é grande o nosso desafio de devolver a qualidade à educação mineira, imprimindo-lhe as transformações necessárias ao seu aprimoramento, assegurando não apenas o acesso universal, mas, sobretudo, o aprendizado eficaz para o desenvolvimento da cidadania.

Consciente de todos esses aspectos da nossa realidade educacional, o Governador Aécio Neves assina, amanhã, em solenidade no Palácio da Liberdade, o decreto que institui o ensino fundamental de nove anos de duração em toda a rede estadual de ensino. Reafirmo a nossa confiança inabalável no compromisso do Governador Aécio Neves quanto à elaboração do plano de carreira dos servidores da educação, tão necessário e aguardado por longo tempo.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, apesar de todo o respeito que tenho pelo Deputado Domingos Sávio, não poderia deixar de registrar a nossa posição diante de sua avaliação referente à atitude do nosso Líder, Deputado Rogério Correia, que se pronunciou usando o boné do MST.

Para nós, do PT, esse movimento significa organização de trabalhadores que necessitam de um pedaço de terra. Em nosso País, há grandes concentrações de terra. Sabemos que existem alguns problemas. Às vezes, algumas pessoas desejam inviabilizar até mesmo Governos Municipais, como aconteceu em Betim, na época em que minha irmã Maria do Carmo Lara era Prefeita. No seu primeiro mês de Governo, ocorreram nove invasões de terras, incentivadas por Vereadores da direita, contrários à Prefeitura.

Esse não é o movimento que defendemos e em que acreditamos. O MST foi organizado há muitos anos por pessoas que têm princípios, que defendem o campo e querem realmente plantar. O Governo Federal está investindo naqueles assentamentos feitos anteriormente, dando condições para que os trabalhadores possam produzir. Não desejamos que ganhem um pedaço de terra e fiquem lá sem escolas e sem assistência médica. Defendemos o movimento que se organiza para resistir aos detentores dos grandes latifúndios - que não respeitam a legislação -, a fim de que possam ser redistribuídas as terras improdutivas.

Essa é a nossa defesa. Não estava presente quando o fato ocorreu. Por isso, tenho mais liberdade para abordar o assunto. Todos têm grande responsabilidade perante o País, neste momento em que vivemos. É questão de soberania, de crescimento econômico. Assim, seremos respeitados pelos demais países, pelo imperialismo norte-americano e por todos aqueles que desejam nos subjugar. Precisamos unir nossos esforços, jamais desmerecendo as nossas bandeiras e princípios.

Não defendemos a badernagem. Como Deputada do PT, defendo o verdadeiro MST, que deseja um pedaço de terra para plantar, e não badernas no País. É preciso que empresários, como o Vice-Presidente da República, trabalhadores, excluídos e desempregados encontrem a melhor solução para as reformas tributária e previdenciária. São 40 milhões de brasileiros excluídos. Somos municipalistas e, portanto, temos de contribuir para resolver o problema dos municípios, e não jogar toda a culpa no Governo, que há seis meses tomou posse.

Temos responsabilidade perante o País. Não incentivamos a badernagem e nem somos baderneiros. Desejamos que os excluídos sejam incluídos. Desejamos uma nação em que haja justiça social. Por isso, respeitamos os movimentos organizados que desejam um país justo, fraterno e igualitário. Muito obrigada.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, temos certeza de que, por meio do decreto a ser assinado amanhã pelo Governador, daremos um grande passo rumo à melhoria do ensino fundamental.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Esclareço à Deputada Maria Tereza Lara que não temos nada contra o MST, ao contrário, nós, que sempre defendemos a democracia, acreditamos que todos os que têm uma causa e uma bandeira devem ter liberdade para expressar seus desejos. Se o Movimento busca a reforma agrária e se o PT pregou a vida inteira que isso é prioridade, a única coisa que eu cobrei e cobro é: antes de afirmar que as invasões são legítimas e que o MST deva ser incentivado, que o PT faça a reforma ou diga, pelo menos, o que pretende fazer. Até o momento, não assentou ninguém e não disse o que fará. Vimos alguns petistas dizendo: "Invadam, sim, porque está correto." Por outro lado, o Ministro da Reforma Agrária diz: "Se endurecerem, vamos baixar o pau."

Vemos o prenúncio de um conflito crescente, que continua com pessoas em cima do palanque fazendo discurso para o MST e outras ocupando cargos no Governo, mas sem governar, sem tomar atitudes concretas que tanto pregaram, defenderam, acusando o Governo FHC de não fazer a reforma. Façam por ano pelo menos, em média, o que o Fernando Henrique fez. Seguramente, não teríamos tanta tensão como hoje. O triste é ver que até agora não fizeram nada, não indicaram providências e continuam a afirmar que as invasões são a solução. Se for assim, não precisa de governo neste País. Se o Governo está aí, com seus apoiadores, para estimular invasões, há incoerência. O PT deve cair na real e perceber que é governo. Quer ser governo e oposição a si mesmo. Nosso País corre enorme risco de cair no descrédito da população e na desesperança. Foi isso o que manifestei. Reitero minha posição: respeito o PT e todos os movimentos, assim como o MST, mas cobro coerência. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Sr. Presidente.

57ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 6/8/2003

O Deputado Roberto Carvalho* - Sr. Presidente, membros da Mesa, Deputado Adelmo Carneiro Leão, amigo e Vice-Presidente, demais colegas,

público presente nas galerias, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, na realidade, como o Deputado Adelmo Carneiro Leão diz, devemos refletir sobre este momento em que vivemos, um dos mais ricos na história do País.

Nunca tivemos um banho de democracia como agora. Nunca nosso País caminhou, como caminha, para a democracia social, para o resgate das grandes chagas históricas e dos nossos problemas sociais. Temos uma dívida histórica e secular com os índios, os negros e todos os empobrecidos deste País. Estamos numa nova fase da história política brasileira, quando, pela primeira vez, o tema da fome é o centro da questão política, como nunca o foi antes. Em outros tempos, negava-se que havia fome no País. Não podemos enfrentar nem solucionar os problemas sem primeiro admitirmos que existem.

Colocamos em pauta a questão dos nossos municípios. Todos sabemos da crise por que passa a Federação. Não apenas os municípios, mas também os Estados. Temos uma crise da Federação, que se arrasta ao longo dos tempos. Os municípios sempre viveram de pires na mão, pedindo recursos ora ao Estado, ora ao Governo Federal. Todos nós, indistintamente, defendemos as bandeiras do municipalismo. Sabemos que é nos municípios que os problemas concretos são enfrentados. Houve a municipalização da saúde e da educação, mas apenas dos problemas, e não das soluções. Os municípios não tiveram compensação pelos encargos que passaram a receber.

Na legislatura de 1990, discutíamos nesta Assembléia a emancipação de municípios. Um Deputado, corajosamente, levantou-se contra a emancipação de diversos municípios. Foi criticado à época pela coragem de defender que, se pequenos municípios fossem emancipados, iríamos apenas aumentar os problemas, porque não teriam como solucionar seus problemas. Um parlamentar brilhante ainda tentou ironizar dizendo que, aquele Deputado, que era do PT, era contra a emancipação dos pobres, que os municípios eram os elos pobres da corrente; ao contrário, esse Deputado que se levantou e lutou contra a emancipação está à minha frente: o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Em outras vezes, aumentamos o número de municípios sem dar uma compensação.

O Rogério falava da reforma agrária. Reforma agrária para nós não significa apenas distribuição das terras improdutivas. Queremos política agrícola, condições de plantio, financiamento, tecnologia para os pequenos produtores, inclusive os que conquistarão a reforma agrária.

Nós, Deputados, e os Prefeitos temos o direito e o dever de lutar para que haja uma reforma da Federação, para que os municípios tenham aquilo que lhes é de direito. Todos estamos de acordo que haja esse movimento. Não só os municípios, mas também aqueles que os representam, temos a obrigação de lutar para que os municípios tenham uma arrecadação que faça jus aos problemas que enfrentam.

Estamos na Assembléia, somos os legisladores estaduais, os responsáveis, entre outras atribuições, por tratar da legislação que diz respeito a todo o Estado de Minas Gerais, naquilo que nos compete constitucionalmente. Assim como todos aqueles que detêm cargos públicos, ao assumirmos, fazemos um juramento com a mão sobre a Constituição.

Custou muito a nós, brasileiros, a conquista das liberdades democráticas, e do Estado de direito, que somos unânimes em defender, independentemente das posições ideológicas de cada um.

A greve foi um dos maiores instrumentos que os trabalhadores conquistaram. Isso se deu a custo de sangue e de morte. Muitos trabalhadores morreram lutando pelo direito à greve. Direito à greve por quê? Porque os trabalhadores ainda hoje têm apenas sua força de trabalho. O último recurso que os trabalhadores têm para fazer valer os seus direitos, quando cessam todos os canais de diálogo, é a greve. A justiça do trabalho, que tanto criticamos, tem todo um ritual antes - de negociação e de intermediação -, e, se não houver acordo nem possibilidade de diálogo, aí, sim, a greve dos trabalhadores é julgada legal ou não.

Se a greve não seguir todos os preceitos que a lei determina, será julgada ilegal. Esse instrumento fundamental foi conquistado pelos trabalhadores do mundo inteiro. No Brasil, naquela época, lutava-se pela jornada de trabalho que era de mais de 16 horas por dia. Não podemos confundir a justeza da luta desse instrumento nem desfigurá-la.

Entendo que a autoridade pública, o Deputado, o Prefeito, o Juiz e o Promotor não têm direito à greve, apenas os trabalhadores. Então, aqueles que representam o Estado e o município não têm esse direito. Podem fazer o movimento, sim, e têm o dever de levantar as reivindicações, mas não a greve. Os Prefeitos, quando apresentam suas reivindicações, não estão fazendo nada mais que a obrigação, como é também a de todos os municípios. Não podemos confundir a forma e os meios da luta, que devem ser concernentes com os seus fins.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão está presente e sabe que nunca acreditei que os fins justificam os meios. Se os meios não estão condizentes com os fins, aqueles que reivindicam de maneira errada estão incorrendo em erro.

Estou aqui para defender o direito dos Prefeitos, porque a Casa, como todas as Casas Legislativas e o Congresso Nacional, responsável em última instância pelas diretrizes da Federação, deve estar junto não com os Prefeitos nem com os municípios, mas com a justiça. Temos de resgatar a Federação, os municípios.

Ao Prefeito não cabe o direito de chamar à greve e de fechar a Prefeitura, porque foi eleito pelo povo para cuidar dos interesses do município. Vamos reivindicar e lutar, mas dentro do Estado democrático de direito. Só assim o Brasil irá superar suas mazelas sociais e seus graves problemas. Portanto, os Prefeitos têm de reivindicar com justiça, com dignidade, com o nosso apoio e o da sociedade. No entanto, não cabe a nenhum Prefeito falar em greve, porque essa não é sua tarefa.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Sr. Deputado, iria apartear-lo no momento em que V. Exa. estava falando sobre as emancipações. Na verdade, estão procurando dar impressão, pelo menos à opinião pública, de que a grande maioria dos municípios que estão reivindicando é formada pelos recém-emancipados, mas a verdade é que isso está acontecendo com todos os municípios, inclusive com os que foram emancipados há 30 ou 40 anos, pois está ocorrendo falência total dos municípios mineiros. A concentração de renda é muito grande, assim como a carga tributária que o Governo Federal impõe, historicamente, a nosso País, não havendo divisão dessa carga.

Na verdade, hoje, as contribuições estão recolhendo mais recursos para a União que os impostos. Temos duas: a CIDE e a CPMF, que foram criadas para ser provisórias, estão se tornando definitivas. Essas contribuições são exclusivamente geradas nos municípios, pois quem compra gasolina é o proprietário do carro que mora em qualquer município, onde também V. Exa. emite seus cheques. No entanto, não temos aí nenhuma participação, nem os Estados, nem os municípios. Ninguém mora na União ou no Estado, mas nos municípios. E não há distribuição dessas contribuições e dos impostos para os municípios.

Tive oportunidade de conversar sobre essa questão com o Deputado Federal Virgílio Guimarães, na tentativa de, pelo menos, minimizar essa grave distorção, porque, caso contrário, todos os municípios dependerão da arrecadação do IPI, que não tem relação com os Estados ou com os municípios. E, se houver queda dos impostos, como está ocorrendo, e do bolo das receitas que compõem o FPM, estaremos sujeitos a sofrer, como estamos.

Assim sendo, os pequenos municípios não devem ser culpados. Todos os pequenos municípios da minha região - e tenho como testemunha

meus companheiros desta Assembléia -, quando distritos, não tinham perspectiva de crescimento. Hoje, são municípios bem organizados, com saúde pública e educação. Estão vivendo dificuldades, mas estão muito melhores que antes. Gostaria de apartear V. Exa., apesar de não ter culpado ninguém, e de mostrar que as emancipações foram extremamente benéficas para os distritos que tiveram a sorte de possuir Prefeitos competentes, bons administradores.

Assim, tornam-se necessárias mudanças no curso da distribuição tributária. Espero que o nosso companheiro mineiro, Deputado Virgílio Guimarães, passe para a história dando essa grande contribuição aos municípios.

O Deputado Roberto Carvalho * - Compartilho da sua opinião, e concedo aparte ao nosso grande amigo Adelmo Carneiro Leão, cujas palavras sempre enriquecem este Plenário.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Gostaria de agradecer suas referências gentis e fraternas e dizer que, na época em que foi proposta a emancipação de vários distritos e o desmembramento de vários municípios, a preocupação por mim levantada dizia respeito a procedimentos que ocorriam em alguns locais, feitos muito mais para atender interesses eleitorais do que critérios que pudessem fortalecer a estrutura dos municípios. Todos compreendemos a importância dos municípios constitutivos desta Nação. É importante refletir sobre isso, pois, aqui, não podemos incorrer no grave erro de separar a União e os Estados dos municípios. Há muito tempo estou ouvindo que moramos nos municípios, que deverão ser valorizados. Duvido que os municípios brasileiros prevaleçam se destruímos a União. Não há por que fazer essa separação. Moro em um município, que constitui o mapa do Brasil, a Nação brasileira, o Estado brasileiro. Não posso imaginar que, repartindo o que a União e os Estados têm, enfraquecendo-os, possamos fortalecer os municípios. É a hora adequada para se discutir isso, pois estamos vivendo momento riquíssimo da vida nacional, da democracia e da possibilidade do diálogo.

Esse é um momento importante para olharmos para o Brasil, nos diferentes níveis em que está constituído. Os municípios devem existir para quê? Quais as variáveis que constituirão os critérios fortalecedores do município? Não será bom morar em qualquer município, em qualquer condição. Aquele que não tiver condições mínimas de oferecer assistência à saúde, educação, saneamento básico, enfim qualidade de vida não deve ser defendido.

No passado, discutimos sobre isso, porque, na Assembléia Legislativa, propunha-se a divisão de um município importante de Minas Gerais, na lógica de deixar o município remanescente com a maior população e quase sem arrecadação nenhuma, enquanto o distrito que se propunha emancipar constituía-se em um distrito industrial, fornecedor dos recursos necessários para sustentar o cidadão do município remanescente. Temos de ter cuidado com isso.

Esse é o momento de discutir, e concordo com sua posição de que os Deputados, Vereadores, Prefeitos, Juizes, Senadores e o Presidente da República devem ser todos convocados a trabalhar muito para vencer os desafios que têm colocado o Brasil nessa situação de dificuldade. Muito obrigado.

O Deputado Roberto Carvalho* - Agradeço ao Deputado Adelmo Carneiro Leão. Felizmente, o Governo Federal está enfrentando, com suas reformas, os grandes problemas do País. Com certeza, com este Governo e o apoio de todos, construiremos o Brasil de justiça com que tanto sonhamos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, telespectadores da TV Assembléia e funcionários da Casa, é a primeira vez que ocupo a tribuna neste semestre e ressalto que nossas ações terão como objetivo beneficiar a população do Estado.

Essa angústia que está pairando sobre os municípios realmente aflige-nos. Fui Prefeito, assim como outros colegas, e sei das dificuldades por que estão passando as Prefeituras e administrações municipais. Estamos aqui buscando solidariedade para esse momento difícil por que os Prefeitos estão passando e soluções. Já que estamos discutindo grandes programas para o País, devemos olhar para as dificuldades dos municípios.

Nesse aspecto reforçamos a fala de muitos colegas na defesa das administrações municipais, pois sabemos que não é da vontade dos Prefeitos que caia o FPM e diminua a arrecadação, o que leva à paralisação das obras. Quando somos Prefeitos ou estamos em uma função pública, queremos realizar o máximo possível, sendo que, às vezes, esbarramos em dificuldades.

O que se busca é maior sensibilidade do Governo Federal para com a distribuição de uma parcela das duas grandes fatias hoje arrecadadas pela União: a CPMF e a CIDE, mesmo porque em momento algum a União usou esses recursos adequadamente, ou seja, para os fins para os quais foram criados.

Como médico, sei, assim como todos, que a CPMF foi criada para solucionar o problema da saúde, mas nem um centavo dessa contribuição foi encaminhada para essa área, que está um caos. A CIDE tem algumas finalidades, mas uma pequena parcela dessa contribuição seria direcionada para a infra-estrutura. Contudo, percebemos que as nossas estradas estão cada vez piores, gerando mais vítimas. Não podemos fechar os olhos e deixar que essas contribuições provisórias, antes criticadas, tornem-se definitivas. E nada será encaminhado aos municípios? Desejamos essa sensibilidade.

O Deputado Leonídio Bouças (em aparte)* - Deputado Doutor Viana, fico muito satisfeito em assistir a mais um companheiro da grandeza de V. Exa. chamando a atenção para um problema sobre o qual tivemos oportunidade de nos manifestar na primeira vez em que ocupamos a tribuna no início desta legislatura. Refiro-me à necessidade de um novo pacto federativo no Brasil. Naquela oportunidade, mencionei que estávamos caminhando para uma república unitária, porque, nos últimos anos, assistimos a uma concentração brutal de arrecadação nas mãos do Governo Federal. Há alguns anos, a carga tributária deste País era de cerca de 22% do PIB. Atualmente ela é de 38%, chegando aos 40%, sendo que, desse bolo, não há repartição adequada para os Estados e municípios. Por isso está ocorrendo o empobrecimento geral. Os municípios tinham uma participação de 20% no bolo tributário. Atualmente contam com apenas 13%. Portanto, houve uma queda de 7%.

Como foi dito pelo Deputado que antecedeu V. Exa. na tribuna, grande parte do bolo tributário não é composto por impostos, como o IPI, o ICMS, mas por contribuições, como a CIDE, a CPMF, a COFINS e tantas outras que atualmente correspondem a 50% da arrecadação federal, de que os Estados e os municípios não participam.

Temos de levar em consideração a penúria por que passam os municípios. O Deputado Adelmo Carneiro Leão, do PT, disse que as pessoas não vivem nos municípios, mas em um todo. Os discursos têm sofrido alterações, ocorrendo falta de coerência. Por isso a população já não aguenta mais. Os Deputados do PT defendiam, no passado, a não-contribuição dos inativos para a Previdência. Atualmente estão percebendo que essa contribuição é necessária, apesar de terem alcançado o poder com outro tipo de discurso. As pessoas que viram o ex-Presidente Fernando Henrique causar um desmonte nos municípios e nos Estados estão atualmente gritando por um pacto federativo, sendo que contribuíram para a situação que enfrentamos hoje.

Em outra oportunidade, para não tomar todo o seu tempo, falarei sobre a necessidade de esta Assembléia Legislativa participar dos movimentos que já estão sendo realizados, a fim de se estabelecer novos critérios para a instituição de novo pacto federativo no País. Obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Agradeço sua participação. Reafirmo que, na valorização do sistema federativo, temos de olhar para os Estados e municípios. Na América do Norte ocorre o contrário. Ou seja, 30% são para a União, 30% para os Estados, e 40% para os municípios. Esses são os que cuidam das estradas, entidades e instituições, porque possuem maior arrecadação. É do município que o dinheiro sai. Não existe União, territorialmente falando; o que existe é município. No municipalismo temos de valorizar os municípios, distribuindo-lhes mais recursos, pois, crescendo, farão com que a União se torne cada vez mais forte.

Quero ainda dar um voto de louvor ao Governador do Estado, pois, por meio de várias ações implantadas, que beneficiam e beneficiarão este Estado, mostra trabalho coerente, pautado pelo bom planejamento, pela boa estratégia de parcerias. Entre tantas ações, cito o PRO-HOSP, que, no primeiro momento, beneficia vários hospitais filantrópicos públicos e universitários do Estado, com repasse inicial de R\$17.000.000,00.

O Plano Safra é de grande importância para Minas Gerais. Estamos passando de investimentos que, no passado, foram disponibilizados ao Plano de Plantio, financiamento da agricultura e pecuária no Estado, de R\$800.000.000,00 para R\$2.100.000.000,00. O beneficiamento torna-se maior para a agricultura familiar, que é extremamente importante, pois é preponderante.

Entre outros assuntos de competência da Comissão de Agricultura e Pecuária, discutiremos, dentro de poucos dias, o retorno do Pró-Álcool, que beneficiará pequenos produtores. Este tornou-se inviável porque os repasses, empréstimos e investimentos foram centralizados nos grandes produtores. Sabemos que há outras influências externas. O programa vislumbrava um grande futuro para o País. Hoje poderíamos ser auto-suficientes em álcool e petróleo e desenvolver motores de carros a álcool para exportação. Porém ficamos estacionados nas dificuldades.

Realizaremos seminário em Uberaba para discutir a participação do intermediário na comercialização do cogumelo, que está sendo exportado para o Japão por cerca de US\$2.000,00, enquanto os plantadores recebem apenas cerca de R\$120,00 a R\$200,00. O Governo está atento, e o Secretário de Agricultura vem acompanhando essa situação. Interviremos para que o produtor, e não o intermediário, tenha o maior lucro. Vamos facilitar as condições de exportação, informar melhor os produtores, abrir, nesta Casa, por meio da Comissão de Política Agropecuária, um setor de informação ao produtor rural, a fim de cientificá-lo dos créditos existentes, da destinação, do valor disponível e de quando e como fazer o empréstimo.

Todos esses elementos estão sendo buscados pela Secretaria de Agricultura, com o apoio desta Assembléia e por meio da Comissão e dos órgãos ligados à própria Secretaria, como IMA, EMATER, EPAMIG.

Ontem, mais uma vez, tivemos grande conquista: passar para o Hospital João XXIII a captação de órgãos para os transplantes. Grande conquista porque esse hospital já fazia cerca de 70% dessa captação, que, com o apoio da Secretaria, poderá ser aumentada em cerca de 50%, devido à melhoria de suas condições. Com a centralização, as equipes poderão desempenhar melhor seus papéis.

Parabenizo o Secretário da Saúde, o Presidente da FHEMIG e todos que estão envolvidos nessa grande missão de salvar vidas, por meio dos transplantes, já que o Secretário Marcus Pestana estabeleceu como desafio atingir, no ano de 2004, entre 2.000 e 2.500 transplantes, o que já salvaria muitas vidas.

Ficam aqui essas reflexões para que possamos buscar, cada vez mais, melhores dias para a população do nosso Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo que nos assiste pela TV Assembléia, o motivo que me traz hoje à tribuna desta Casa normalmente não agrada aos Deputados. Mas, mesmo assim, o abordarei, como fiz na legislatura passada, exatamente no momento em que o jornal "Estado de Minas" virou sua metralhadora contra o Poder Legislativo, dizendo várias inverdades sobre salários dos Deputados.

Há muita maldade por trás dessas matérias, que são direcionadas para induzir a população a acreditar nas mentiras publicadas. Muitos Deputados não gostam de abordar o assunto por temerem que essa metralhadora se vire contra eles. Tenho insistido com o Presidente desta Casa para que acompanhe tudo, sistematicamente e que, se for o caso, mova ação contra o respectivo jornal.

Vejamos o que essa matéria, do dia 2/8/2003, diz sobre os salários dos Deputados. Por respeito, admiração e consideração pelo articulista, deixarei de declinar seu nome.

O jornalista inicia a matéria da seguinte forma: "Os R\$43.000,00 que os Deputados estaduais receberam em julho não foram suficientes para despertar a disposição ao trabalho. Ontem, por falta de quórum, a primeira reunião do segundo semestre sequer chegou a ser aberta na Assembléia. De 77 parlamentares, apenas cinco apareceram: Rêmoló Aloise, Ermano Batista, Adalclever Lopes, Dalmo Ribeiro Silva e Leonardo Quintão".

No parágrafo seguinte, consta: "No mês passado, os Deputados Estaduais mineiros receberam R\$19.080,00 para participar de 12 reuniões de convocação extraordinária da Casa, solicitada pelo Governador Aécio Neves para votação da reforma administrativa. Desde maio, os projetos tramitavam na Casa, mas foram despachados em oito dias de julho. Além do extra, os parlamentares ganharam R\$24.700,00, a título de salário-base de julho, auxílio-moradia e verba para escritório político".

Deputado nenhum ganha R\$43.000,00 por mês. O salário que chamam de R\$24.700,00 é de R\$9.540,00, do subsídio fixo e variável, sendo R\$2.250,00 de auxílio-moradia mais a extraordinária, totalizando aproximadamente R\$15.600,00. Os outros R\$13.000,00 são verba de custeio para atividade.

Em momento algum, o jornal "Estado de Minas" quis saber o que era custeio da atividade da legislatura passada. Conseguiu impregnar a cabeça das pessoas e da opinião pública ao dizer que Deputados ganhavam R\$60.000,00. Portanto, continuam insistindo com as mesmas matérias mentirosas. Pergunto: onde querem chegar quando dizem que, se o Deputado não estava no Plenário, não estava trabalhando? A mesma matéria diz: "Convocação. Quando chegarem das férias, os Deputados contarão com uma mordomia a mais". E fala ainda de outra resolução baixada pela Mesa, relativa à verba indenizatória.

Cheguei ao gabinete, na sexta-feira, 1º/8/2003, às 9 horas, e lá permaneci até as 19h30min. Desafio o jornal "Estado de Minas" a questionar a Mesa da Assembléia a quantas sessões ordinárias faltei. Estou no quinto ano do mandato e nunca faltei a nenhuma. Estou presente no trabalho realizado em Plenário, nos gabinetes e nas comissões.

Havia outros Deputados no gabinete, que também entendem que reunião de debates é pouco proveitosa e, portanto, não comparecem. É assim que faço desde o início do primeiro mandato. Permaneci no gabinete até às 16h30min. Se procurarem por mim de segunda à sexta-feira, de 8h30min às 18h30min, estarei no gabinete despachando com secretário para resolver problemas de cunho político no âmbito social ou atendendo a demandas que chegam ao gabinete. Assim é a vida de vários parlamentares.

É mentirosa a forma com que tentam formar a cabeça dos eleitores. Em 2001 e 2002, fiz balanço de quantos finais de semana viajei pelo interior do Estado para prestar contas de mandato, fazer reunião e buscar subsídios que me auxiliassem nas propostas que apresentei e nos debates. Passava um final de semana em Belo Horizonte com minha esposa e filhos e outro viajando. Foi assim durante todo o ano de 2001 e o ano de 2002. Dos 48 finais de semana que temos por ano, passei a metade na estrada, correndo risco de sofrer acidente. Portanto, se viajei 24 finais de semana, permaneci 48 dias na estrada, após haver ficado aqui de segunda à sexta-feira, de 8h30min às 18h30min. Logo, é mentirosa a matéria que diz que terminamos a convocação extraordinária e entramos de férias. Vários Deputados viajaram para prestar contas de mandato, reunir, ouvir o cidadão de sua base. Temos de prestar contas, porque a cobrança é grande e são muitas as demandas que chegam ao gabinete.

Durante este ano, visitei mais de 40 cidades do interior. Portanto, é um absurdo e uma mentira dizer que os Deputados têm três meses de férias anuais. Não aceito isso passivamente. Sei que muitos parlamentares gostariam de externar suas opiniões a respeito desse assunto, mas não o fazem com medo de represálias do jornal "Estado de Minas". Como não suporto ficar calado, ocupo esta tribuna para denunciar tantas mentiras.

A matéria publicada no sábado, dia 2 de agosto, diz que embolsamos R\$43.000,00. Hoje, foi publicada uma matéria sobre os salários dos servidores efetivos da Casa. Um dos parágrafos diz que os Deputados Rêmolo Aloise, Adelmo Carneiro Leão e Antônio Andrade anunciarão hoje as medidas que serão tomadas com base no parecer do Prof. Paulo Neves de Carvalho. Segundo o jornal, no Legislativo mineiro, 183 servidores recebem salários entre R\$15.000,00 e R\$49.700,00. Deles, 172 ganham mais que os Deputados, ou seja, estão acima do subteto, que é de R\$15.600,00, conforme a matéria publicada em 2 de agosto. As mentiras são tantas que tropeçam em si mesmas: um articulista do mesmo jornal, em determinada matéria, diz que temos um piso de R\$15.600,00. Outro, posteriormente, publica que embolsamos R\$43.000,00. Em quem a opinião pública acreditará?

Deixo claro o trabalho que venho realizando nesta Casa: aprovei sete projetos de lei no mandato passado. Particpei efetivamente, como sub-relator, da CPI do Narcotráfico, e o próprio jornal "Estado de Minas" publicou que essa tenha sido a primeira CPI, na história do Brasil - desde a criação do instituto em 1988 -, que conseguiu, durante seu funcionamento, a condenação de pessoas investigadas.

Tive a oportunidade de ser relator da Comissão Especial das Multas. Juntamente com o Deputado Alberto Bejani, que a presidiu, cancelamos 131 mil multas impostas aos cidadãos que trafegavam pelas rodovias federais. Conseguimos que os radares fossem retirados até que o contrato fosse analisado e fossem detectadas suas falhas. Não tenho medo de que, amanhã, o "Estado de Minas" pegue no meu pé e vire a metralhadora contra mim. Não suporto ficar calado diante de tantas mentiras publicadas pelo jornal.

O salário dos Deputados é: R\$9.540,00, de subsídio fixo e variável; R\$2.250,00, para quem recebe auxílio-moradia; e R\$3.800,00, pelas extraordinárias, totalizando R\$15.600,00 brutos. Esse é o salário, e não R\$43.000,00, como foi publicado. Existe contradição entre as matérias, publicadas apenas com quatro dias de diferença.

Deixo claro que a minha atuação nesta Casa tem como objetivo buscar o máximo de transparência possível. Sou autor da proposta de emenda à Constituição que prevê o voto aberto. Sou contrário ao voto secreto. Existem argumentos de que o Governador ficará contra e não irá liberar obras. Não interessa. Se os Legislativos desejam ser respeitados, têm que mostrar sua cara, sua posição durante a votação de projetos contrários ao Executivo. Estou na base do Governo, mas, no momento em que for necessário votar contra o Governador, não terei outra opção e votarei, porque agirei de acordo com minha consciência. Não faço questão de votar secretamente. Por isso, na legislatura passada, apresentei aquela proposta de emenda à Constituição. Como não foi aprovada, fiz sua reapresentação nesta legislatura. A nossa atuação parlamentar tem sido conduzida dessa forma. Não ficarei recebendo passivamente cartinhas nem "e-mails" questionando o salário dos Deputados por causa dessas matérias mentirosas.

Ao abordar assuntos referentes a esta Casa e fazer matérias como essa, o jornal deveria, pelo menos, ter o zelo de ouvir a outra parte, dentro da linha que norteia o jornalismo. Será que alguém foi ao meu gabinete saber se eu estava aqui na sexta-feira, das 9 às 19h30min? Será que alguém teve o trabalho de percorrer os 77 gabinetes procurando saber se os Deputados estavam trabalhando ou viajando a trabalho? Tenho a certeza que não. Nessas matérias, os Deputados não são ouvidos. Seria essa a doutrina do jornalismo sério? Claro que não. O jornalismo sério viria ao Plenário e constataria a presença dos parlamentares, além de se dar ao trabalho de ligar para os gabinetes e perguntar se os Deputados ali se encontram.

Trabalho diariamente, no mínimo de 10 a 12 horas, e ainda viajo nos finais de semana, sacrificando minha vida familiar e meu descanso. Isso ocorre com a maioria absoluta dos Deputados. E ainda temos de ler matérias como essa. Ocupo a tribuna para fazer este desabafo. Tenho a certeza de que meu pronunciamento será publicado no "Minas Gerais". Da próxima vez que as pessoas vierem a esta Casa fazer matérias semelhantes a essa, que tenham a coragem de falar que verba indenizatória não é salário de Deputado. Se avaliassem o custeio das atividades de um Governador, será que concordariam com os R\$13.000,00? Será que o jornal "Estado de Minas" teria a coragem de procurar o Judiciário e perguntar se Desembargador ganha R\$15.000,00, R\$20.000,00 ou R\$30.000,00 e se o valor obedece ao teto? Isso não ocorre, porque sabe que muitas ações do Estado contra o jornal são julgadas pelo Judiciário. Além disso, pode não receber a resposta esperada. Portanto, ninguém "bate" no Judiciário e vira a metralhadora contra aquele Poder, como fazem com a Assembléia Legislativa. Gostaria, pois, que o "Estado de Minas" tivesse a iniciativa de questionar o salário dos Desembargadores, com a mesma disposição que tem aqui. A imprensa é a guardiã da democracia e contribui muito ao agir de forma imparcial, séria e correta. Obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos diversos pronunciamentos hoje e tivemos oportunidade de observar, nos grandiosos meios de comunicação do Estado, algumas manchetes, como: (- Lê:) "Greve de Prefeitos", "Povo Sofre com Paralisação", "Protesto Nacional Será Marcado Hoje", "Presidente Avalia Protestos", "Ministério Público Poderá Processar Prefeitos Grevistas", "AMM Busca Forma Legal", "Prefeituras do Sul e Sudoeste Aderem a Movimento".

Há unanimidade no pensamento e na voz dos parlamentares desta Casa, sobretudo dos mineiros. A distribuição de recursos é totalmente perversa. Os destinados à União crescem a cada dia, de forma assustadora, somando hoje mais de 65%.

Por outro lado, aos Estados são destinados 22% e, por conseguinte, aos municípios destinam-se 13%, enquanto identificamos, de forma acelerada, o crescimento dos encargos dos municípios brasileiros. E, logicamente, cada um apresenta sua idéia, opinião e sugestão para enfrentar essas adversidades, que todos nós temos pela frente.

Identificamos, ontem e hoje, uma grande manifestação. Os Prefeitos, até mesmo com afirmações de greve, estão todos em estado de penúria e extrema dificuldade. Não existem recursos financeiros nem mesmo para questões básicas e essenciais dos municípios mineiros e brasileiros. Logicamente, alguns excessos ocorreram. Observamos, por exemplo, o Estado de São Paulo, onde aproximadamente 300 cidades fizeram um grande movimento. Mas, por incrível que pareça, a renda "per capita" de São Paulo é bem superior à dos municípios mineiros. Talvez esteja

faltando, aí, sim, competência, zelo e probidade na administração de alguns municípios brasileiros.

Mas aqui estamos para apresentar sugestões e enfrentar com altivez, determinação e sabedoria esse problema. Muitas ações devem ser implementadas, e, logicamente, estão sendo efetivadas em Minas e no Brasil. Em Minas Gerais, observamos o Governador Aécio Neves bravamente lutando com grande patriotismo pelos interesses maiores dos municípios mais pobres. Observamos sua luta para que os Estados e municípios possam ter direito à expressiva quantia produzida pela valorosa CPMF. Observamos, agora, sua determinação em buscar recursos essenciais da CIDE, para ajudar os Estados e municípios. Devemos, sim, Sr. Presidente, ser solidários com essas ações do nosso Governador.

Outras iniciativas estão sendo tomadas. Os municípios estão fazendo uma grande caminhada rumo a Brasília para sensibilizar o Congresso Nacional, a fim de que o FPM possa ser mais considerado para esses municípios.

Quero sobretudo ressaltar, Deputado Miguel Martini, uma luta antiga da Assembléia Legislativa que - acredito -, de forma prática e imediata, produzirá uma resposta eficiente aos anseios de centenas de municípios mineiros: a redistribuição do ICMS em Minas e no Brasil. É insustentável, Deputado Mauro Lobo, que essa situação continue imperando em Minas e no Brasil. É inacreditável, Deputados e Deputadas, que uma cidade como Paulínia, por exemplo, no Estado de São Paulo, tenha recursos da ordem de R\$23.000.000,00 por mês, com uma população de 50 mil habitantes, ao passo que a Secretaria de Obras do Estado de Minas Gerais recebe somente R\$60.000.000,00 para cuidar de oitocentos e tantos municípios. Não podemos, Sras. e Srs. Deputados, concordar com esse sistema perverso que concentra recursos em poucos municípios, prejudicando milhares de outros. Observamos, em Minas Gerais, cidades como Ribeirão das Neves, que vivem com uma receita "per capita" de R\$2,00.

Ibitité, minha terra natal, possui receita "per capita" de quase R\$3,00. Por outro lado, a de Cachoeira Dourada fica em torno de R\$200,00, e Betim possui ICMS de R\$20.000.000,00 por mês para cuidar de 300 mil habitantes. Isso não pode continuar. O sistema tem de ser enfrentado e derrotado por esta Casa, pelos mineiros e pelos brasileiros. O Governo Federal acena com a possibilidade de se promover a redistribuição do ICMS, valorizando o ser humano, a nossa gente e os municípios. Essa é a razão da existência dos municípios, dos Estados e da União.

Não podemos deixar que se priorize somente as cidades detentoras de grande parque industrial, o que representa um contra-senso. Sr. Presidente, chamo V. Exa. para participar de caminhada cívica a favor dos mais pobres, dando belo exemplo. Assim, rapidamente, ajudaremos os municípios mais pobres. Deveremos aprovar o Projeto de Lei nº 23, a ser incluído na pauta. Por percorrer os trâmites legais, reafirmo a urgente necessidade de colocá-lo na pauta e aprová-lo o mais rápido possível, para amenizar a dor de 15 milhões de mineiros. Aproveitaremos essa grande movimentação para sensibilizar os Deputados e aprovar esse projeto de grande alcance social.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/7/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Éder de Oliveira Martins Júnior do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Éder de Oliveira Martins Júnior para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Sebastião Alcides Gonçalves para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Viana

exonerando Rita de Cássia Vilasboas Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Marlúcio Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando Geraldo Paz de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Cássio Remis dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tijuco Viagens e Turismo Ltda. Objeto: fornecimento de passagens aéreas e serviços de reserva de hotéis. Objeto deste aditamento: prorrogação contratual. Vigência: 12 meses, a partir de 1º/8/2003. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 33903300.

ERRATAS

MENSAGEM Nº 85/2003*

Na publicação da Mensagem nº 85/2003, verificada na edição de 10/7/2003, na pág. 27, col. 4, no despacho à referida mensagem, onde se lê:

"- Publicar. À Comissão de Política Agropecuária, para os fins do art. 102, inciso IX, alínea "a", do Regimento Interno, nos termos da Decisão Normativa de 17 de junho de 1993.", leia-se:

"- Publicar. À Comissão de Política Agropecuária."

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 7/8/2003

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 9/8/2003, na pág. 40, col. 2, sob o título "OFÍCIOS", no resumo dos ofícios do Sr. Agostinho Patrús, onde se lê:

"459/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva", leia-se:

"495/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva".